Demonstrações Financeiras

Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A.

31 de dezembro de 2012 com Relatório dos Auditores Independentes



Edifício Guimarães Trade

Av. Tancredo Neves, 1189 17º Andar - Pituba 41820-021 - Salvador, BA, Brasil

Tel: (5571) 3501-9000 Fax: (5571) 3501-9019

www.ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Diretores da **Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A.** Camaçari - BA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no no Brasil. No caso da Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável as demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram auditados, por outros auditores independentes que emitiu relatório datado de 27 de março de 2012, sem ressalvas e com a mesma ênfase acima apresentada.

Salvador, 01 de março de 2013

ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes S.S. CRC-2 SP 015199/O-6-F-BA

Shirley Nara S. Silva Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	_	Controladora			Consolidado	
	Nota	2012	2011	2012	2011	
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6	43.979	3.797	63.099	18.884	
Contas a receber de clientes	7	68.618	53.257	83.637	64.718	
Dividendos a receber	11	20.809	15.812	-	-	
Estoques	8	133.612	80.977	201.691	136.216	
Tributos a recuperar	9	4.759	1.767	5.132	1.869	
Partes relacionadas	20	4.508	3.604	1.489	904	
Outros ativos		1.548	1.508	2.480	1.864	
	_	277.833	160.722	357.528	224.455	
Não circulante						
Tributos a recuperar	9	439	692	978	1.070	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	20.736	24.395	33.501	33.920	
Depósitos judiciais	16	3.150	-	3.328	924	
Outros ativos			1.459		1.459	
Investimentos	11	141.779	129.751	_	-	
Imobilizado	12	149.065	169.703	210.976	236.096	
Intangível	13	1.989	1.920	2.202	1.920	
a.g. c.		317.158	327.920	250.985	275.389	
Total do ativo	_	594.991	488.642	608.513	499.844	

	_		Controladora		Consolidado
	Nota	2012	2011	2012	2011
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		51.233	13.908	53.823	17.228
Empréstimos e financiamentos	14	7.139	6.737	17.248	12.972
Salários e encargos sociais		12.656	12.993	14.518	14.932
Impostos, taxas e contribuições	15	3.300	3.382	11.996	9.113
Partes relacionadas	20	67.763	52.020	30.624	27.724
Dividendos a pagar	18	18.182	7.440	18.182	7.440
Provisões	16	387	614	387	614
Outros passivos		7.570	4.187	7.655	4.277
		168.230	101.281	154.433	94.300
Não circulante					
Fornecedores		1.347	1.211	1.347	1.211
Empréstimos e financiamentos	14	-	212	8	253
Impostos, taxas e contribuições	15	6.618	6.987	6.618	6.987
Provisões	16	6.421	3.361	7.169	3.867
Gastos para recuperação da mina	17	-	-	26.563	17.636
, ,	_	14.386	11.771	41.705	29.954
Patrimônio líguido	18				
Capital social		162.505	162.505	162.505	162.505
Reservas de capital		188.925	180.731	188.925	180.731
Reservas de lucros		60.945	32.354	60.945	32.354
		412.375	375.590	412.375	375.590
Total do passivo e do patrimônio líquido	_	594.991	488.642	608.513	499.844

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

			Controladora	(Consolidado
	Nota	2012	2011	2012	2011
Operações continuadas					
Receitas	21	364.278	301.616	455.774	381.413
Custo de vendas	22	(323.965)	(263.272)	(349.037)	(294.863)
Lucro bruto	_	40.313	38.344	106.737	86.550
Despesas com vendas	23	(7.161)	(6.381)	(16.167)	(16.505)
Despesas gerais e administrativas	22	(14.163)	(15.086)	(16.573)	(17.358)
Honorários da administração	20	(1.311)	(1.047)	(1.311)	(1.047)
Resultado de equivalência patrimonial	11	46.621	33.003	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	_	(4.498)	(6.106)	(4.234)	(6.009)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		59.801	42.727	68.452	45.631
Receitas financeiras		2.782	719	4.214	1.379
Despesas financeiras		(1.756)	(5.457)	(4.443)	(5.474)
Variação cambial, líquida		(3.840)	(120)	(3.884)	(388)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	_	56.987	37.869	64.339	41.148
Imposto de renda e contribuição social corrente Imposto de renda e contribuição social diferido	19 10	(3.210) (3.659)	(2.797) (2.262)	(13.802) (419)	(10.666) 2.328
Lucro líquido do exercício	<u> </u>	50.118	32.810	50.118	32.810
Ações em circulação no final do exercício (em milhares) Ordinárias Preferenciais Classe "A" Preferenciais Classe "B"	25	812.672 987.379 521.449	812.672 987.379 521.449	812.672 987.379 521.449	812.672 987.379 521.449
Lucro básico e diluído por mil ações atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício – R\$ Ordinárias Preferenciais Classe "A" Preferenciais Classe "B"		0,020 0,024 0,020	0,012 0,017 0,017	0,020 0,024 0,020	0,012 0,017 0,017

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do exercício	50.118	32.810	50.118	32.810
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	50.118	32.810	50.118	32.810

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	_	Re	servas de ca	apital			Res	ervas de lucros		
							Estatutárias			
	Capital social	Ágio na integralização de ações	Correção monetária especial	Isenção e redução de imposto de renda	Legal	Especial para dividendos	Isenção e redução de imposto de renda	Para aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	162.505	22.791	21.633	136.307	5.601	901		-	-	349.738
Dividendos prescritos	-			-	-	74		-	-	74
Lucro líquido do exercício Destinação proposta:	-			-	-	-		-	32.810	32.810
Dividendos propostos Constituição de reservas	-		 	- -	- 1.640	2.718	3.042	- 18.378	(9.750) (23.060)	(7.032)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	162.505	22.791	21.633	136.307	7.241	3.693	3.042	18.378	-	375.590
Dividendos adicionais de exercícios anteriores	-			-	-	(2.718)	-	-	-	(2.718)
Lucro líquido do exercício Destinação proposta:	-			-	-	-	-	-	50.118	50.118
Dividendos propostos	-			-	-	-	-	-	(10.615)	(10.615)
Constituição de reservas	-			8.194	2.506	-	(3.042)	31.845	(39.503)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	162.505	22.791	21.633	144.501	9.747	975	-	50.223	-	412.375

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	2012	2011	2012	2011	
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	56.987	37.869	64.339	41.148	
Ajuste para reconciliação do resultado do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	30.500	30.129	43.012	41.675	
Resultado da equivalência patrimonial	(46.621)	(33.003)	-	-	
Variações monetárias, líquidas	(2.071)	3.967	(2.071)	3.967	
Valor residual de ativo imobilizado baixado	319	1.822	532	2.473	
Ajuste a valor presente provisão para recuperação da mina			2.415	1.076	
Constituição / (reversão) de provisões, líquidas	(718)	(3.646)	(494)	(3.646)	
	38.396	37.138	107.733	86.693	
Variações nos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes	(15.361)	(23.194)	(18.919)	(29.695)	
Estoques	(52.635)	(11.614)	(65.475)	(17.420)	
Fornecedores	37.461	(7.548)	36.731	(6.976)	
Partes relacionadas	14.474	8.927	4.386	9.015	
Obrigações trabalhistas	(337)	2.538	(414)	2.894	
Obrigações fiscais	(2.069)	648	(8.285)	5.943	
Parcelamento fiscal	(650)	(281)	(650)	(281)	
Outros ativos e passivos	5.612	7.320	6.436	(3.771)	
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	24.891	13.934	61.544	46.402	
Juros pagos	(84)	(84)	(105)	(101)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.868)	(2.574)	(6.574)	(6.651)	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades					
operacionais	21.939	11.276	54.865	39.650	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(10.250)	(18.241)	(12.195)	(20.401)	
Dividendos recebidos	30.812	12.289	-		
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	20.562	(5.952)	(12.195)	(20.401)	
Dividendos pagos	(2.591)	(3.993)	(2.591)	(3.993)	
Ingressos de empréstimos e financiamentos	697	18.249	4.647	17.144	
Amortização de empréstimos e financiamentos	(425)	(20.112)	(511)	(20.155)	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de	(3)	(==::-)	\/	(=31130)	
financiamentos	(2.319)	(5.856)	1.545	(7.004)	
Variação no caixa e equivalentes de caixa	40.182	(532)	44.215	12.245	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.797	4.329	18.884	6.639	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	43.979	3.797	63.099	18.884	
4					

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
	2012	2011	2012	2011
Receitas Vendas brutas de produtos	447.506	362.912	548.259	457.739
Outras receitas	2.525	2.936	2.746	3.112
	450.031	365.848	551.005	460.851
Insumos adquiridos de terceiros	(254.585)	(192.589)	(260.740)	(207.284)
Valor adicionado bruto	195.446	173.259	290.265	253.567
Depreciação e amortização	(30.500)	(30.129)	(43.012)	(41.249)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	165.946	143.130	247.253	212.318
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	46.621	33.003	-	-
Receitas financeiras	2.782	792	4.214	1.484
Outras receitas		57	-	57
	49.403	33.852	4.214	1.541
Valor adicionado total a distribuir	214.349	176.982	251.467	213.859
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	70.097	63.253	83.024	75.245
Salários e encargos	51.765	46.824	60.034	54.392
Outros benefícios	14.927	12.997	19.060	16.856
Fundo de garantia por tempo de serviço	3.405	3.432	3.930	3.997
Impostos, taxas e contribuições	87.357	72.786	106.832	95.281
Federais	49.968	42.562	64.942	55.380
Estaduais	36.600	29.685	38.979	37.480
Municipais	789	539	2.911	2.421
Financiadores	6.777	8.133	11.493	10.523
Juros e variações cambiais	5.197	5.650	7.927	5.967
Aluguéis	1.580	1.486	3.566	3.559
Outras	-	997	-	997
Lucros retidos do exercício	50.118	32.810	50.118	32.810
Dividendos propostos	10.615	9.750	10.615	9.750
Reserva legal	2.506	1.640	2.506	1.640
Reserva de incentivo fiscal	5.152	3.042	5.152	3.042
Reserva de lucros	31.845	18.378	31.845	18.378
Valor adicionado distribuído	214.349	176.982	251.467	213.859

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari - BA, controladora integral da Millennium Inorganic Chemicals Mineração Ltda. ("Millennium Mineração" ou "Controlada"), com sede em Mataraca - PB. A Companhia tem por objeto a produção e o comércio de produtos químicos, especialmente ácido sulfúrico e pigmento branco de titânio e seus subprodutos; a produção, a industrialização e o comércio de matérias primas aplicadas ou não em sua própria produção, inclusive a produção, a industrialização e o comércio de minérios em geral, especialmente rutilo, ilmenita e zirconita, compreendendo pesquisa, lavra, exploração e beneficiamento, importação e exportação; a importação e a exportação de matérias primas e de produtos industrializados acabados; a participação no capital de outras sociedades, relacionadas ou não com seus objetivos e o exercício de atividades relacionadas com a execução de seus objetivos.

A National Titanium Dioxide Company Ltd. ("Cristal") é possuidora indireta de 804.729.760 ações ordinárias e 858.553.315 ações preferenciais de emissão da Companhia, que representam mais de 99% do capital votante e 71,65% do capital total da Companhia.

O controle da Companhia é diretamente detido pela sociedade brasileira Millennium Inorganic Chemicals Holdings Brasil Ltda..

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Aspectos gerais

O Conselho da Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 01 de março de 2013.

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores demonstrados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com observância ás disposições contidas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting* Standards (IFRS)) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.1 Aspectos gerais--Continuação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para recuperação do passivo ambiental da mina e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.2 Principais práticas contábeis

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira--Continuação

Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações está apresentada na Nota 6.

d) Contas a receber de clientes

São classificadas na categoria de empréstimos e recebíveis e estão apresentadas a valores de realização. A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

e) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade, obsoletos ou quando há perspectiva de realização abaixo do custo são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

f) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção dos bens. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 12 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

g) Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

h) Provisão para recuperação da mina

Os custos com recuperação e reflorestamento da área da mina são registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida à provisão que suportar tais gastos;

As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa de juros média de mercado para o período de 10,5% a.a.

As estimativas de custos são revistas a cada dois anos, como também, a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de passivos já contabilizados, em contrapartida do resultado.

i) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Tributação

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previsto nas legislações federais, estaduais e municipais. As receitas de vendas estão deduzidas dos referidos impostos. Os créditos são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, que são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

j) <u>Tributação</u>--Continuação

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são registrados somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

k) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo.

As subvenções estaduais são registradas como redução de custo no resultado e as federais são lançadas diretamente na linha do imposto de renda durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar, e, posteriormente, são destinadas a reserva para subvenções de investimentos no patrimônio líquido (reservas de lucros), exceto aquelas garantidas até 31 de dezembro de 2007 que foram reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das controladas como reserva de capital.

Conforme descrito na Nota 15, a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos governos estaduais da Bahia e da Paraíba. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Administração da Companhia entende ter direito a tais benefícios e vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução da questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

I) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

Ajuste a valor presente de ativos e passivos--Continuação

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

m) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a provisão para perdas nos investimentos; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; as considerações de reconhecimento e mensuração de custos de desenvolvimento capitalizados como ativos intangíveis; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/08. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

n) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em:(i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

n) Instrumentos financeiros--Continuação

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos.

A Companhia e sua controlada não operam com instrumentos financeiros derivativos.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547/09 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7.

p) Benefícios pós emprego

A Companhia oferece aos seus empregados o Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL, administrado pelo Itaú Previdência e Seguros S.A. – Itauprev. Por ser um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a administração da Companhia avaliou e concluiu não haver efeitos relevantes decorrentes da aplicação das disposições previstas na Deliberação CVM 371/00.

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

g) Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e controlada e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras consolidadas pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis — Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

r) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41/IAS33. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através da diluição do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído em função de ações ordinárias potenciais dilutivas.

3. Pronunciamentos técnicos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia:

IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda)

IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)

IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32

IFRS 1 Empréstimos do Governo - Revisões da IFRS 1

IFRS 7 Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IFRS 7

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas

IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos

IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades

IFRS 13 Mensuração do Valor Justo

IFRIC 20 Custos de Remoção de Resíduos na Fase de Produção de uma Mina de Superfície

A Administração da Companhia não espera que essas normas e interpretações produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

4.1 Demonstrações financeiras consolidadas

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados na avaliação se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A Companhia não possui coligadas em 31 de dezembro de 2012.

4.2 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar no mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, depósitos judiciais, partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa, garantir o fornecimento de matéria-prima e manter seu endividamento em níveis compatíveis.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro, descritas abaixo, que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio.

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

(a) Risco de taxa de câmbio

Todas as transações de vendas da Companhia são baseadas em preços cotados em dólar estadunidense. As receitas de vendas de dióxido de titânio da Controladora para o mercado externo representaram 5,18% e 1,01%, respectivamente, do total das receitas de vendas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as compras de matériaprima com preços atrelados à cotação de moedas estrangeiras representam, aproximadamente, 39,72% (2011 – 32,40%) do custo de produção.

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas nas suas receitas de vendas por causa de flutuações nas taxas de câmbio (apreciação da moeda local), que reduzam valores nominais faturados. A Companhia opta por não efetuar operações de proteção cambial "hedge", já que entende que existe um hedge parcial entre as suas operações de compra de matérias-primas também cotadas em moeda norte americana.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1 Fatores de risco financeiro--Continuação

(a) Risco de taxa de câmbio--Continuação

Os saldos de clientes, fornecedores no exterior e empréstimos e financiamentos cujas transações estão atreladas à variação do dólar estadunidense, estão demonstrados a seguir:

	Co	ntroladora	Co	nsolidado
	2012	2011	2012	2011
Clientes no exterior	2.646	4.388	2.646	4.394
Fornecedores no exterior	(41.070)	(400)	(41.070)	(400)
Partes relacionadas – empréstimos	(30.544)	(27.724)	(30.544)	(27.724)
	(68.968)	(23.736)	(68.968)	(23.730)

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(c) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade das mesmas.

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer a margem necessária conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto guando mencionado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1 Fatores de risco financeiro--Continuação

(d) Risco de liquidez--Continuação

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros da Companhia e sua controlada, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora		
	Menos de um ano Entre um e dois ano		
Em 31 de dezembro de 2012 Fornecedores Empréstimos e financiamentos Empréstimos – Partes relacionadas	51.233 7.139 67.763	1.347 - -	
Em 31 de dezembro de 2011 Fornecedores Empréstimos e financiamentos Empréstimos – Partes relacionadas	13.908 6.737 52.020	1.211 212 -	
		Consolidado	
	Menos de um ano Entre u		
Em 31 de dezembro 2012 Fornecedores Empréstimos e financiamentos Empréstimos – Partes relacionadas	Menos de um ano Entre un 53.823 17.248 30.624		

(e) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir, em 31 de dezembro de 2012, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no. 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1 Fatores de risco financeiro--Continuação

(e) Análise de sensibilidade--Continuação

Risco cambial

	Efeito				
Instrumento/operação	Descrição	Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III	
Clientes no exterior	Variação de 10% do dólar	265/(265)	331/(331)	397/(397)	
Empréstimos e financiamentos	Variação de 10% do dólar	1.725/(1.725)	2.516/(2.516)	2.587/(2.587)	
Fornecedor	Variação de 10% do dólar	4.107/(4.107)	5.134/(5.134)	6.161/(6.161)	
	Efeito total líquido	6.096/(6.096)	7.621/(7.621)	9.145/(9.145)	

A análise de sensibilidade, supracitada, considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

(f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios ás outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde á dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A estratégia da Companhia é de manter o índice de alavancagem baixo (por volta de 10%). Isto é possível, especialmente por meio de geração de caixa. Qualquer modificação no índice de alavancagem, como mencionado acima, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e outros recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.1 Fatores de risco financeiro--Continuação

(f) Gestão de capital

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser assim sumariados:

	Controladora			onsolidado
<u> </u>	2012	2011	2012	2011
Total dos empréstimos e financiamentos (Notas 14 e 20)	74.902	58.969	47.880	40.949
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(43.979)	(3.797)	(63.099)	(18.884)
Dívida líquida	30.923	55.172	(15.219)	22.065
Total do patrimônio líquido	412.375	375.590	412.375	375.590
Total do capital	443.298	430.762	397.156	397.655
Índice de alavancagem financeira	14%	13%	16%	5%

5.2 Instrumento financeiro por categoria

			Controladora
	Empréstimos e	Ativos ao valor justo por meio do	_
Ativos financeiros	recebíveis	resultado	Total
31 de dezembro de 2012			
Contas a receber de clientes	68.618	-	68.618
Partes relacionadas	4.508	-	4.508
Depósitos judiciais	3.150	-	3.150
Caixa e equivalentes de caixa	9.867	34.112	43.979
	86.143	34.112	120.255
31 de dezembro de 2011	-		
Contas a receber de clientes	53.257	-	53.257
Partes relacionadas	3.604	-	3.604
Depósitos judiciais	3.551	-	3.551
Caixa e equivalentes de caixa	3.761	36	3.797
	64.173	36	64.209

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.2 Instrumento financeiro por categoria--Continuação

			Consolidado
		Ativos ao valor	
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2012			
Contas a receber de clientes	83.637	-	83.637
Partes relacionadas	1.489	-	1.489
Depósitos judiciais	3.328	-	3.328
Caixa e equivalentes de caixa	11.942	51.157	63.099
	100.396	51.157	151.553
31 de dezembro de 2011	·		
Contas a receber de clientes	64.718	-	64.718
Partes relacionadas	904	-	904
Depósitos judiciais	4.493	-	4.493
Caixa e equivalentes de caixa	4.273	14.611	18.884
	74388	14.611	88999
Outros passivos financeiros	Controlado	ra Con	solidado
31 de dezembro de 2012			
Empréstimos e financiamentos		7.139	17.256
Partes relacionadas		67 763	30.624

Outros passivos financeiros	Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2012		
Empréstimos e financiamentos	7.139	17.256
Partes relacionadas	67.763	30.624
Fornecedores e outras obrigações (a)	75.154	88.302
_	150.056	136.182
31 de dezembro de 2011		
Empréstimos e financiamentos	6.949	13.225
Partes relacionadas	52.020	27.724
Fornecedores e outras obrigações (a)	38.481	49.471
_	97.450	90.420

⁽a) Composto por fornecedores, salários e encargos sociais e impostos, taxas e contribuições.

5.3 Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado;

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Gestão de risco financeiro--Continuação

5.3 Hierarquia de valor justo--Continuação

-			C	ontroladora
	2012	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado Títulos e valores mobiliários	34.112	34.112	-	-
_			С	onsolidado
	2012	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado Títulos e valores mobiliários	51.157	51.157	-	-

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Con	Controladora		nsolidado
	2012	2011	2012	2011
Caixa	5	5	7	7
Bancos conta movimento	9.862	3.756	11.935	4.266
Aplicações financeiras	34.112	36	51.157	14.611
	43.979	3.797	63.099	18.884

As aplicações financeiras estão representadas em sua maioria por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), indexados à variação do CDI – Certificados de Depósitos Interbancários, com liquidez imediata.

Algumas aplicações em CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada.

		_	Controladora		Con	solidado
	Rendimento	Vencimento	2012	2011	2012	2011
Itaú	100,5% CDI	2014	27.211	36	36.637	9.045
Bradesco	101% CDI	2013	-	-	4.305	5.566
Banco do Brasil	100% CDI	2017	-	-	2.027	-
Santander	101,8% CDI	2014	6.901	-	8.188	-
		<u> </u>	34.112	36	51.157	14.611

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes

-	Controladora		Consolidade	
-	2012	2011	2012	2011
Mercado interno Mercado externo Provição para eráditos de liquidação duvidação	66.579	49.476	81.924	61.258
	2.646	4.388	2.646	4.394
Provisão para créditos de liquidação duvidosa _	(607)	(607)	(933)	(934)
	68.618	53.257	83.637	64.718

Os saldos de contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
A vencer Vencidas:	64.561	52.491	79.448	63.932
Até 30 dias	3.910	766	4.042	786
De 31 a 60 dias	125	-	125	-
De 61 a 150 dias	22	-	22	-
Acima de 150 dias	607	607	933	934
	69.225	53.864	84.570	65.652

A movimentação da provisão para liquidação dos devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2011	580	907
Constituição de provisão	27	27
Saldos em 31 de dezembro de 2011	607	934
Reversão de provisão	-	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	607	933

8. Estoques

	Co	Controladora		nsolidado
	2012	2011	2012	2011
Produtos acabados Produtos em elaboração Matérias-primas	35.339 16.724 66.348 6.962	45.961 5.379 13.513 1.195	51.364 64.928 66.800 6.962	55.010 47.163 14.307 1.195
Importações em andamento Materiais de suprimento Provisão para desvalorização e perdas	14.349 (6.110) 133.612	16.223 (1.294) 80.977	17.747 (6.110) 201.691	19.835 (1.294) 136.216

O aumento significativo dos custos de produção ao longo de 2012 adicionado à redução dos preços de venda ocorridos no segundo semestre, levou a Companhia a apurar margens negativas. Com isso foi necessária a constituição de provisão de *impairment* dos produtos acabados, no montante de R\$ 4.886, totalizando R\$ 6.110 em 31 de dezembro de 2012 (2011 – R\$ 1.294).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Estoques--Continuação

A movimentação da provisão para desvalorização e perdas do estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2011	992
Constituição de provisão para itens obsoletos	302
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.294
Constituição de provisão para realização de estoques	4.886
Reversão de provisão para itens obsoletos	(70)_
Saldos em 31 de dezembro de 2012	6.110

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Programa de integração social - PIS e Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS Imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação	2.180	-	2.180	-
de serviços – ICMS	2.552	2.066	3.091	2.528
Imposto sobre produto industrializado – IPI	137	138	137	138
Imposto de renda – IR e Contribuição social – CS	329	255	702	273
<u> </u>	5.198	2.459	6.110	2.939
Circulante Não circulante (i)	4.759 439	1.767 692	5.132 978	1.869 1.070

(i) A Companhia possui saldo de ICMS acumulado ao longo dos últimos exercícios no ativo não circulante, proveniente, das aquisições de ativo imobilizado. Considerando a norma fiscal, que limita a realização no curto prazo de créditos de ICMS na aquisição de bens do ativo imobilizado e a projeção da Companhia quanto ao prazo de realização dos demais créditos, em 31 de dezembro de 2012, o montante registrado no longo prazo era de R\$ 439 e R\$ 978, controladora e consolidado, respectivamente (2011 – R\$ 692 e R\$ 1.070 controladora e consolidado, respectivamente), referente ao ICMS diferido quando das aquisições de máquinas e equipamentos.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e sua controlada possuem prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, cujos créditos tributários acumulados em 31 de dezembro de 2012 totalizam R\$ 41.420 (2011 -R\$ 37.296), no entanto, com base na Instrução CVM 371, mantém registrado o montante de R\$ 20.736 (2011 - R\$ 24.395) na controladora e de R\$ 33.501 no consolidado (2011 – R\$ 33.920), tendo em vista a expectativa de geração de lucros tributários futuros. A Administração vem monitorando a evolução desses créditos e com base no estudo técnico de viabilidade espera recuperar estes valores registrados contabilmente no prazo máximo de até dez anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

A expectativa da administração da Companhia quanto à realização total dos referidos créditos fiscais está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	Con	troladora	Con	<u>solidado</u>
Ano	2012	2011	2012	2011
2012	_	1.622	_	2.924
2013	522	793	2.182	1.603
2014	1.355	504	2.650	1.297
2015	1.355	1.496	2.522	2.289
2016	1.355	2.982	2.522	3.775
2017	1.355	2.982	2.522	3.775
2018 até 2021	14.794	14.016	21.103	18.257
Total	20.736	24.395	33.501	33.920

A controladora reduziu o seu ativo fiscal diferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 em R\$ 3.659 (2011 - R\$ 2.262), o qual foi utilizado na compensação de lucros tributáveis. No exercício de 2011, a Companhia utilizou créditos de prejuízos fiscais não registrados contabilmente, no montante de R\$ 7.659, na compensação de valores no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia e sua controlada.

A Administração da Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estima que os impostos serão efetivamente realizados pela compensação/ exclusão com lucros tributáveis futuros, principalmente quando da materialização das provisões e da expectativa de rentabilidade projetada no plano de negócios.

11. Investimentos

	C	Controladora	
	2012	2011	
Millennium Inorganic Chemicals Mineração Ltda.	141.779	129.751	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Investimentos--Continuação

Millennium Inorganic Chemicals Mineração Ltda. – Sociedade controlada

	2012	2011
Capital social Quantidade de ações possuídas (em milhares) Participação no capital total Patrimônio líquido	111.950 11.195 100.00% 141.779	111.950 11.195 100.00% 129.751
	2012	2011
Lucro líquido do exercício Incentivo fiscal – Imposto de renda	46.621 10.809	33.003 4.977
Movimentação do investimento		
	2012	2011
Saldo no início do exercício Equivalência patrimonial Constituição de reserva de incentivo fiscal de exercícios	129.751 46.621	122.289 33.003
anteriores Juros sobre capital próprio / dividendos	1.218 (35.811)	- (25.541)
Saldo no final do exercício	141.779	129.751

A Companhia possui dividendos a receber em 31 de dezembro de 2012 da Millennium Mineração no montante de R\$ 20.809 (2011 - R\$ 15.812).

12. Imobilizado

						Co	ntroladora
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Outros	Obras em andamento	Total
Em 01 de janeiro de 2011 Adições	1.017	43.750 57			4.267 4.243		182.987 18.241
Baixas, líquidas Depreciação Transferência entre ativos	-	- (4.512) 527	` '	(9.644)	(445) (662) (1.617)	,	(1.822) (29.703
Em 31 de dezembro de 2011	1.017			39.737	5.786	,	169.703
Adições Baixas, líquidas	-	- (4.547)	1.694	211 (8)	3.030	(96)	9.749 (319)
Depreciação Transferência entre ativos		(4.517) -	(15.701) 9.907	(9.225) 656	(625) (1.821)		(30.068)
Em 31 de dezembro de 2012	1.017	35.305	71.556	31.371	6.277	3.539	149.065
Custo total Depreciação acumulada	1.017	92.354 (57.049)		139.347 (107.976)	16.507 (10.230)		491.856 (343.106)
Saldo liquido	1.017	35.305	71.556	31.371	6.277	3.539	149.065
Taxas anuais de depreciação	-	20%	10%	10%	4 a 10%	-	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

							(Consolidado
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	ARO	Outros	Obras em andamento	Total
Em 01 de janeiro de 2011	4.426	52.232	121.051	86.932	2 3.154	5.651	5.971	259.417
Adições	-	. 63			=	5.012		20.401
Baixas, líquidas	-		(232)		,	(482)	(1.708)	(2.473)
Depreciação Transferência entre ativos	-	· (5.350) · 527	` '			(988) (1.641)	(9.489)	(41.249)
Transferencia entre ativos		321	0.550	(1.041)		(1.0+1)	(3.403)	
Em 31 de dezembro de 2011	4.426	47.472	109.566	55.934	2.830	7.552	8.316	236.096
Adições	-		2.373	267	6.511	3.389	5.452	17.992
Baixas, líquidas	-		(133)	(9)	-	(294)	(96)	(532)
Depreciação	-	(5.354)	(22.569)	(12.431)	(1.334)	(892)		(42.580)
Transferência entre ativos	-	· -	10.764	666	-	(1.836)	(9.594)	
Em 31 de dezembro de 2012	4.426	42.118	100.001	44.427	8.007	7.919	4.078	210.976
Custo total	4.426	109.114	316.323	174.812	11 660	25.039	4.078	645.452
Depreciação acumulada	4.420	(00.000)	(216.322)	(130.385)		(17.120)		(434.476)
2 op. colayao aoamalada		(00.000)	(210.022)	(100.000)	(3.000)	(11.120)		(.5 5)
Saldo liquido	4.426	42.118	100.001	44.427	8.007	7.919	4.078	210.976
Taxas anuais de depreciação	-	20%	10%	10%	14%	4 a 10%	-	

A depreciação do exercício alocada ao custo de produção é de R\$ 28.724 (2011 – R\$ 28.685) e a despesas, R\$ 1.344 (2011 – R\$ 1.018) na controladora e R\$ 40.679 (2011 – R\$ 39.695) e R\$ 1.901 (2011 – R\$ 1.554) no consolidado, respectivamente.

Certos bens do ativo imobilizado estão garantindo pagamentos de contingências cíveis, trabalhistas e tributárias (Nota 16 (c)). Entre os bens dados em garantia estão terrenos, máquinas e imóveis, cujos valores líquidos totalizam R\$ 20.343. Estes processos judiciais foram incluídos no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, porém os bens do ativo imobilizado dados como garantias apenas deixarão de ser penhorados quando ocorrer o pagamento total dos parcelamentos.

Em 2010, a Companhia registrou provisão para perda por *impairment* de uma unidade geradora de caixa no montante de R\$ 10.038, registrados na rubrica de "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", no resultado do exercício. A despesa de *impairment* originou-se da planta de ácido sulfúrico, que a Companhia possui em Camaçari-BA. Por encontrar-se paralisada e não haver perspectivas de reativação por questões estratégicas, atenta a essa necessidade, a Administração, suportada por laudo de especialista independente, efetuou o cálculo do valor de *impairment* com base no valor justo, líquido das despesas de vendas, conforme segue:

Valor de venda (justo), líquido das despesas	1.700
Valor contábil, líquido de depreciação	(11.738)
Provisão para perda de impairment	(10.038)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2012, as obras em andamento referem-se basicamente a projetos de melhoria da planta industrial (substituição de tanques e agitadores, adição de calcinador químico, melhoria do tanque de alimentação da sulfatação, sistema de polimento de água e melhoria de equipamentos), cujos prazos médios de encerramento estão previstos para o ano de 2013.

O custo de recuperação de mina, líquido de exaustão, no valor de R\$ 8.007 (2011 – R\$ 2.830), está incluído na rubrica "ARO" no ativo e representa o montante estimado dos gastos a serem incorridos quando do término das atividades de lavra (Nota 17). A exaustão deste custo é calculada com base no tempo estimado de exploração da mina, cujo término é previsto para o ano de 2019.

Estão incluídos na rubrica "outros" os veículos adquiridos através de leasing financeiro, cujo valor residual é de R\$ 482 (2011 – R\$ 789) na controladora e R\$ 587 (2011 - R\$ 1.013) no consolidado, respectivamente.

13. Intangível

		Contro	oladora e consolidado
	Direito de uso de aterro	Software	Total
Em 01 de janeiro de 2011	2.346	-	2.346
Amortização	(426)	-	(426)
Em 31 de dezembro de 2011	1.920	-	1.920
Adições	-	713	713
Amortização	(428)	(3)	(431)
Em 31 de dezembro de 2012	1.492	710	2.202
Taxas anuais de amortização	10%	10%	

A amortização do exercício é toda alocada ao custo de produção.

14. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado		
	Encargos efetivos financeiros anuais	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Moeda nacional - R\$					
Vendor	100% a 107% CDI	6.735	6.205	16.778	12.341
Arrendamento mercantil	16,02%	404	744	478	884
	•	7.139	6.949	17.256	13.225
Circulante		7.139	6.737	17.248	12.972
Não circulante		-	212	8	253

A Companhia e sua controlada possuem operações de leasing financeiro decorrente da compra de veículos, contratadas com juros de 1,24% a.m., e prazos de 12 meses. A garantia para essas operações são os próprios bens adquiridos. As operações com vendor possuem os próprios títulos dos clientes como garantia e prazos de 3 meses.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Impostos, taxas e contribuições

		Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (a)	1.183	1.205	2.001	1.858
Programa de integração social - PIS e Contribuição para		504		4.044
financiamento da seguridade social – COFINS	-	581	606	1.041
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	1.011	766	1.097	839
CFEM	-	-	247	265
Parcelamento de tributos federais (b)	7.221	7.469	7.221	7.469
Imposto de renda e contribuição social	443	-	7.328	4.243
Outros impostos	60	348	114	385
	9.918	10.369	18.614	16.100
	<u> </u>			
Circulante	3.300	3.382	11.996	9.113
Não circulante	6.618	6.987	6.618	6.987

(a) ICMS

(i) ICMS – Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE

Em 2001, o Governo do Estado da Bahia instituiu o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, Lei nº 7.980, através do qual a Companhia recebeu incentivo de dilação do prazo de até 72 meses para pagamento do ICMS, o que exceder o montante de R\$ 736, gerado em razão de novos investimentos, com prazo de 12 anos para fruição do benefício. Sobre o saldo devedor postergado incidem encargos financeiros equivalentes 85% da Taxa de Juros de Longo Prazo — TJLP ao ano e, em caso de antecipação dos valores devidos, a Companhia poderá receber um desconto de até 80% do saldo do ICMS cujo prazo de pagamento foi dilatado. No ano de 2011, as parcelas dilatadas vincendas em 2012 foram pagas antecipadamente e o respectivo desconto, no montante de R\$ 8.717, foi registrado como conta redutora da respectiva despesa de ICMS no resultado do exercício. Houve antecipações no montante de R\$ 2.174 no exercício de 2012.

(ii) ICMS – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial – FAIN

O Estado da Paraíba, através do Decreto nº 17.252/1994 constituiu o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial - FAIN, que tem por finalidade a concessão de incentivos para investimento industrial no Estado. A controlada, através da Resolução 014/2001 se enquadrou no programa e hoje goza de redução de 50,63% do saldo a pagar de ICMS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o valor deste incentivo foi de R\$ 4.842 (2011 – R\$ 3.823) e está contabilizado no resultado, como redutor da rubrica Impostos incidentes sobre vendas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Impostos, taxas e contribuições--Continuação

(b) Parcelamento de tributos federais

A Companhia aderiu ao parcelamento instruído pela Lei nº 11.941/09, e em 2011 houve a consolidação dos valores estabelecendo as condições para o parcelamento de débitos tributários federais. Dentre essas condições destacase: i) o prazo de pagamento que pode se estender em até 180 meses; ii) os descontos de multas, juros e encargos que variam de acordo com o prazo de pagamento; iii) a possibilidade de utilização de saldo de prejuízos fiscais e da base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro na liquidação das multas e juros.

Resumo da consolidação:

Finsocial – execução fiscal Tributos previdenciários Outros tributos federais	13.190 3.519 2.769
Redução / desconto na consolidação Compensação com prejuízos fiscais (Nota 10)	(5.376) (7.659)
Valor consolidado	6.443
Atualização do parcelamento Pagamento do parcelamento	1.307 (281)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	7.469
Atualização do parcelamento Pagamento do parcelamento	402 (650)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	7.221
Circulante	603
Não circulante	6.618

A distribuição por ano de vencimento das dívidas do não circulante é a seguinte:

Ano	2012	2011
2013	-	560
2014	614	560
2015	614	560
2016	614	560
2017	614	560
2018 em diante	4.162	4.187
	6.618	6.987

16. Provisões

A Companhia e sua controlada discutem judicialmente a legalidade de alguns tributos, bem como se defendem de reclamações trabalhistas, autuações fiscais e previdenciárias na esfera administrativa e judicial e processos cíveis. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mantém provisão para as perdas prováveis, consideradas suficiente para fazer face a eventuais perdas contingentes e obrigações previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Provisões--Continuação

	Controladora			Consolidado
	2012	2011	2012	2011
Trabalhistas	5.171	5.662	5.492	5.759
Cíveis	250	250	677	677
Ambientais	1.387	1.614	1.387	1.614
(-) Depósitos relacionados às provisões	-	(3.551)	-	(3.569)
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	6.808	3.975	7.556	4.481
Circulante	387	614	387	614
Não circulante	6.421	3.361	7.169	3.867
Depósitos judiciais:				
Relacionados às provisões	(3.150)	(3.551)	(3.328)	(3.569)
Não relacionados às provisões	` -	` -	` -	(924)
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(3.150)	(3.551)	(3.328)	(4.493)

A movimentação do saldo das provisões para contingências, em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada a seguir:

				Controladora
	Trabalhistas (a)	Ambientais (b)	Cíveis (a)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	5.662	1.614	250	7.526
Adições	624	-	-	624
Baixas por pagamento	(1.071)	(227)	-	(1.298)
Baixas por reversão	(44)	•	-	(44)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5.171	1.387	250	6.808

				Consolidado
	Trabalhistas (a)	Ambientais (b)	Cíveis (a)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011 Adições	5.759 940	1.614	677	8.050 940
Baixas por pagamento	(1.071)	(227)	-	(1.298)
Baixas por reversão	(136)	•	-	(136)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5.492	1.387	677	7.556

- (a) Os processos de natureza trabalhistas consistem, em sua maioria, de ações ingressadas por ex-empregados da Companhia e de sua controlada e versam sobre pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade), indenizações e responsabilidade subsidiária. As ações de natureza cível concentram-se, em sua maioria, em ações de indenização por danos materiais e/ou morais decorrentes de acidentes.
- (b) A Companhia vem incorrendo em desembolsos relacionados aos custos de operação e manutenção de equipamentos constituintes do sistema de remediação ambiental. A Companhia estimou os desembolsos ligados a tais atividades e, em 31 de dezembro de 2012, mantém provisionado o montante de R\$ 1.387 (2011 - R\$ 1.614), dos quais R\$ 387(2011 - R\$ 614) serão pagos no curto prazo. Não houve complemento de provisão em 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Provisões--Continuação

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia como não sendo de probabilidade de perda provável em 31 de dezembro de 2012, para as quais nenhuma provisão foi constituída. As principais causas referem-se à:

(a) Cláusula quarta da convenção coletiva de trabalho

Em setembro de 2001, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal - STF, reformando decisão do Tribunal Superior do Trabalho – TST de 16 de dezembro de 1992, restabeleceu o entendimento de que a Lei n° 8.030/90 não alterou a Cláusula Quarta (indexação de salários) da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável aos empregados da Companhia e aos das indústrias de produtos químicos para fins industriais de Camaçari, que vigorou de 01 de setembro de 1989 a 31 de agosto de 1990.

Em 19 de abril de 2002, foi publicado o acórdão com a referida decisão, tendo sido interpostos os embargos de declaração, com pedido de efeito modificativo pelo Sindicato Patronal, os quais foram acolhidos, restabelecendo a decisão do TST que declarou inválida a Cláusula Quarta.

Presentemente, aguarda-se a conclusão do julgamento pelo STF de novos embargos de declaração, desta vez interpostos pelo Sindicato Profissional, em 21 de março de 2003, com vistas a obter a prevalência da Cláusula Quarta. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que há possibilidade de manutenção da invalidade da Cláusula Quarta, não obstante algumas empresas já terem efetuado acordo com o sindicato e já terem sido proferidos dois votos favoráveis ao recurso do Sindicato dos Trabalhadores. Adicionalmente, a Companhia possui decisão de mérito a seu favor transitada em julgado em ação coletiva movida pelo Sindicato dos Trabalhadores.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entendendo que o desfecho da ação será favorável aos interesses do Sindicato Patronal, não registrou provisão para perda em relação a esta causa. Os valores envolvidos não foram divulgados considerando a impossibilidade de mensurá-los.

(b) Auto de Infração de ICMS

A Companhia possui Auto de Infração, de n° 3.126.579-0, no montante de R\$ 7.900, lavrado pela Secretaria da Fazenda de São Paulo em virtude do suposto não pagamento de ICMS nos anos de 2007 e 2008, julgado parcialmente improcedente e cujo montante foi reduzido para R\$ 5.595. Posteriormente foi interposto o recurso para instância administrativa superior. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus advogados, não espera perdas para esse processo e, portanto, não constituiu provisão em seus registros contábeis em relação a esse assunto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Provisões--Continuação

(b) Auto de Infração de ICMS--Continuação

A controlada possui o Auto de Infração nº 93300008.09.00000870/2008-81, no montante de R\$ 38.000, lavrado pela Secretaria de Estado da Receita do Estado da Paraíba, em razão da transferência de propriedade de estoques e bens do ativo imobilizado, por meio de integralização de cotas do capital social por parte da empresa autuada, visto que as autoridades fiscais entenderam que neste tipo de operação existe a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias ("ICMS"). Esse Auto de Infração foi julgado procedente pelo Conselho de Recursos Fiscais do Estado da Paraíba. Posteriormente, foi ajuizada Ação Anulatória perante a 4a. Vara da Fazenda Pública de João Pessoa, tendo sido concedida tutela antecipada para suspender a exigibilidade da dívida. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus advogados, não espera que o desfecho seja desfavorável à Companhia e, portanto, não constituiu provisão para eventuais perdas provenientes desse processo.

(c) Garantias

Como garantias para as contingências acima relacionadas, a Companhia ofereceu itens de seu ativo imobilizado, a título de penhora, no montante de R\$ 20.343 (2011 – R\$ 13.545).

17. Gastos para recuperação da mina

Os gastos relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais foram capitalizados quando do início das atividades de lavra (Nota 12). A controlada gerencia suas relações com o meio ambiente, tendo como premissas o pleno atendimento da legislação aplicável e as diretrizes e normas internas estabelecidas por seu sistema de gestão ambiental. A controlada desenvolve programas contínuos que têm por objetivo minimizar o impacto ambiental de suas operações industriais e de mineração, bem como reduzir os custos futuros decorrentes do término das atividades de sua lavra.

Em 2012, a Companhia contratou especialistas externos para avaliar seus gastos futuros com desmobilização de ativos e restauração de áreas degradadas, o que gerou uma revisão dos valores anteriormente apurados e, consequentemente, um ajuste do saldo provisionado. O impacto do incremento, no montante de R\$ 6.512, foi registrado em contrapartida do ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2012, a provisão para recuperação e reflorestamento da área da mina é de R\$ 26.563 (2011 – R\$ 17.636). O impacto no resultado referente ao ajuste a valor presente da provisão, no montante de R\$ 2.415 (2011 – R\$ 1.076), foi registrado em contrapartida do custo de produção.

Cancalidada

	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2011	16.560
Ajuste a valor presente	1.076
Saldos em 31 de dezembro de 2011	17.636
Atualização da provisão para recuperação da mina	6.512
Ajuste a valor presente	2.415
Saldos em 31 de dezembro de 2012	26.563

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 162.505 (2011 – R\$ 162.505), representado por 2.321.499.770 ações. A composição do capital social por classe (em número de ações) em 31 de dezembro 2012 e 2011 é demonstrada a seguir:

812.671.840

987.379.050

521.448.880 2.321.499.770

Ações ordinárias Ações preferenciais: Classe "A" Classe "B"

Do total das ações representativas do capital social, 617.883.675 ações preferenciais classe "A" e 240.669.640 ações preferenciais classe "B" pertencem a acionistas do grupo controlador domiciliados no exterior.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam, entre outros direitos, de prioridade quanto a:

- Preferenciais classe "A" Gozam de prioridade na distribuição do dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o valor nominal das ações e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias e as preferenciais da classe "B" nos lucros que remanescerem depois do pagamento de igual dividendo de 6% ao ano às ações ordinárias e às ações preferenciais classe "B", e também na distribuição de bonificações em ações decorrentes de correção monetária ou de incorporação de lucros ou reservas ao capital social.
- Preferenciais classe "B" Gozam de prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação, sem prêmio, exercível em relação às ordinárias e, depois de assegurada igual prioridade às ações preferenciais da classe "A", terão todos os demais direitos das ações ordinárias, exceto o voto. As ações preferenciais da classe "B" não poderão ser convertidas em ações ordinárias e, além disso, sem direito a dividendos fixos ou mínimos, a elas não se aplicará o disposto no parágrafo primeiro do artigo 111 da Lei das S.A..

Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais das classes "A" e "B", terão preferência para subscrição de aumento de capital.

As ações da Companhia não são resgatáveis e os respectivos dividendos são distribuídos com base no lucro e/ou limite das reservas de lucros e de acordo com os critérios estabelecidos pelo estatuto da Companhia, sujeito à aprovação da Assembleia Geral. Em determinadas situações específicas, a Companhia pode determinar pela reversão/não distribuição parcial ou total, conforme já ocorrido em exercícios passados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Patrimônio líquido--Continuação

(b) Reserva especial - Correção monetária especial (Lei 8.200/91)

Contabilizada com base no artigo 2o. da Lei no. 8.200, em 28 de junho de 1991, regulamentada pelo decreto no. 332 de 4 de novembro de 1991, essa reserva registra a correção monetária especial do ativo imobilizado e será realizada mediante aumento de capital ou compensação de prejuízos.

(c) Reserva de capital - Isenção e redução de imposto de renda

Para o lucro decorrente das operações isentas, conforme benefícios fiscais descritos na Nota 19 (b), até 31 de dezembro de 2007, o valor correspondente ao imposto de renda a pagar era debitado no resultado do exercício e creditado na reserva de capital, e somente poderá ser utilizado para aumento de capital ou para absorção de prejuízos acumulados.

(d) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base na legislação societária, representando 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer destinação, estando limitada a 20% do capital.

(e) Reserva estatutária - Especial para dividendos

Essa reserva tem por objetivo absorver os dividendos obrigatórios não distribuídos, conforme previsto nos parágrafos 4o. e 5o. do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

(f) Reserva estatutária – Para aumento de capital

Reserva para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. É constituída com até 90% do lucro líquido do exercício ajustado. O montante dessa reserva não poderá exceder o limite de 80% do capital social.

(g) Dividendos

Um dividendo mínimo de 25% do lucro ajustado na forma da lei é obrigatoriamente distribuído aos acionistas, conforme demonstrado abaixo:

	2012
Lucro líquido da controladora	50.118
Incentivos fiscais	(5.152)
Reserva legal	(2.506)
Base de Cálculo	42.460
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	10.615

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Patrimônio líquido--Continuação

(g) Dividendos--Continuação

Os dividendos mínimos obrigatórios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 10.615, são demonstrados a seguir:

Quantidade de ações classe "A" Dividendo – Ações classe "A Valor nominal de ação – Lote de mil Provisão para dividendos ações classe "A"- R\$ mil Dividendo unitário por Ações classe "A" R\$	987.379.050 6% 70,00 4.147 0,0042
Quantidade de ações classe "B"	521.448.880
Provisão para dividendos ações classe "B"- R\$ mil	2.528
Dividendo unitário por Ações classe "B" R\$	0,0048
Quantidade de ações ordinárias	812.671.840
Provisão para dividendos ações ordinárias R\$ mil	3.940
Dividendo unitário por Ações Ordinárias R\$	0,0048

Em 31 de dezembro de 2012, os dividendos a pagar incluíam dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2012, de R\$ 10.615, adicionado aos dividendos a pagar de exercícios anteriores de R\$ 7.567, aprovado na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 27 de abril de 2012.

Os valores de dividendos a pagar correspondentes ao exercício de 2011 deveriam ter sido pagos, conforme AGO de 27 de abril de 2012, até o dia 31 de dezembro de 2012. No entanto, o Conselho de Administração postergou parte do pagamento para até o dia 31 de dezembro de 2013, ressalvando que os dividendos devidos aos acionistas minoritários foram pagos no dia 19 de dezembro de 2012.

A movimentação dos dividendos a pagar é como segue:

	Controladora e consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2011	4.475
Pagamento de dividendo referente ao exercício de 2010	(4.067)
Dividendo mínimo obrigatório do exercício	7.032
Saldos em 31 de dezembro de 2011	7.440
Dividendos adicionais de exercícios anteriores	2.718
Pagamento de dividendo referente ao exercício de 2011	(2.591)
Dividendo mínimo obrigatório do exercício	10.615
Saldos em 31 de dezembro de 2012	18.182

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação da despesa (receita) do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Cor	solidado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	56.987	37.869	64.339	41.148
Adições permanentes				
Realização de reserva especial	1.420	1.438	1.420	1.438
Doações	933	944	942	958
Gratificações a diretores	-	414	-	414
Outros	258	519	341	552
Adições temporárias				
Ajuste de RTT da diferença de depreciação	15.268	13.006	20.792	18.097
Outras diferenças de RTT	(234)	(113)	(261)	(137)
Provisão líquida de bônus com vendas	6.072	2.015	6.072	2.015
Provisões PLR	3.637	3.146	4.146	3.711
Provisão realização do estoque	4.886		4.886	
Variação cambial	6.747	6.257	7.195	7.458
Provisão contingências	654	3.921	4.720	4.018
Outros	2.279	6.610	2.469	8.380
Exclusões permanentes	(40.004)	(00.000)		
Resultado equivalência patrimonial	(46.621)	(33.003)	-	(5.400)
Outros	-	(5.427)	-	(5.428)
Exclusões temporárias	(2 7CE)	(0.440)	(4 447)	(0.504)
Reversão PLR exercício anterior	(3.765)	(2.118)	(4.417)	(2.524)
Reversão bônus com vendas exercício anterior Variação cambial líquida	(4.381) (3.959)	(3.437) (2.971)	(4.381) (4.138)	(3.437) (4.038)
Reversão provisão bônus da administração	(1.672)	(2.084)	(1.930)	(2.312)
Reversão provisões contingências	(1.072)	(4.263)	(1.206)	(4.263)
Outros	(1.525)	(551)	(1.525)	(4.203)
Lucro real	35.870	22.172	99.464	65.406
Lucio real	33.070	22.112	33.707	03.400
Compensação de prejuízo fiscal – 30%	(10.761)	(6.652)	(10.761)	(6.652)
Base fiscal	25.109	15.520	88.703	58.754
Alíquota do imposto - %	34%	34%	34%	34%
	(8.537)	(5.277)	(30.158)	(19.976)
Imposto à alíquota da legislação – corrente				
Deduções por incentivos fiscais (Nota 19 (b))	5.152	3.042	15.961	10.501
Outros	175	(562)	395	(1.191)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	3.210	2.797	13.802	10.666
Créditos de adições temporárias	-	-	(3.240)	(4.590)
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa	3.659	2.262	3.659	2.262
Total de imposto de renda e contribuição social -				
Diferido	3.659	2.262	419	(2.328)
Alíquota efetiva	12%	13%	22%	20%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

(b) Incentivos fiscais

Redução de imposto de renda sobre lucro da exploração:

A Companhia possui o direito de redução do imposto de renda sobre o lucro da exploração nas seguintes proporções:

75,0% até o ano calendário de 2017 sobre o lucro da exploração oriundo da fabricação de dióxido de titânio, considerando uma capacidade instalada de 70.000 t/ano, concedido levando-se em consideração a modernização da planta.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apurou o montante de R\$ 5.152 (2011 – R\$ 3.042) referente a incentivos fiscais de imposto de renda.

A controlada possui também o direito a redução de 75% do imposto de renda incidente sobre o resultado das suas operações industriais, limitada á sua capacidade instalada, dos produtos zirconita, rutilo, ilmenita, cianita e areia bruta até o final de 2012. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a controlada apurou R\$ 10.809 (2011 – R\$ 7.459) a abater do montante de IRPJ devido no exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Partes relacionadas

Controladora		Consolidado	
2012	2011	2012	2011
33	22	33	22
1.456	882	1.456	882
3.019	2.700	-	-
4.508	3.604	1.489	904
495	439	495	439
1.440	1.024	1.440	1.024
28.609	26.261	28.609	26.261
37.219	24.296	-	-
-	-	80	-
67.763	52.020	30.624	27.724
46	27	46	27
2.342	(6.308)	2.342	(6.308)
-	-	20.166	17.897
2.388	(6.281)	22.554	11.616
	2012 33 1.456 3.019 4.508 495 1.440 28.609 37.219 - 67.763	2012 2011 33 22 1.456 882 3.019 2.700 4.508 3.604 495 439 1.440 1.024 28.609 26.261 37.219 24.296	2012 2011 2012 33 22 33 1.456 882 1.456 3.019 2.700 - 4.508 3.604 1.489 495 439 495 1.440 1.024 1.440 28.609 26.261 28.609 37.219 24.296 - - 80 67.763 52.020 30.624 46 27 46 2.342 (6.308) 2.342 - - 20.166

- (a) Compra / venda de produtos inerentes ao objeto social da Companhia, essencialmente pigmento de dióxido de titânio e ilmenita. Os preços são calculados com base no preço médio de produtos iguais ou similares praticado no mercado de destino.
- (b) Financiamento intercompany em moeda norte-americana para viabilizar manutenção do fluxo de caixa das atividades operacionais. Não há prazo, juros ou encargos envolvidos na operação.
- (c) Contas a pagar com a Millennium Mineração no montante de R\$ 30.719 (2011 R\$ 19.296) decorrentes de compras de ilmenita e contrato de mútuo com a controlada no valor de R\$ 6.500 (2011 R\$ 5.000), com vencimento para 17 de fevereiro de 2013.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados, substancialmente salários e encargos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 1.311 (2011 – R\$ 1.047). Adicionalmente, foram distribuídos bônus aos administradores no montante de R\$ 2.007 (2011 – R\$ 2.126).

Participação nos lucros e resultados

Em 2012, a Companhia distribuiu participação nos resultados aos empregados e administradores no montante de R\$ 3.678 (2011 - R\$ 3.659), registrados no resultado nas rubricas de custo de produção (das vendas) no montante de R\$ 3.052 (2011 - R\$ 3.055) e de despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 626 (2011 - R\$ 604).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Partes relacionadas--Continuação

Dividendos

Em 2012, a Companhia apurou dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 10.615 (2011 – R\$ 7.032). Adicionalmente, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais referente a exercícios anteriores no montante de R\$ 2.718, conforme descrito na Nota 18 (g).

21. Receitas

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

<u>-</u>	Controladora		Cor	solidado
	2012	2011	2012	2011
Vendas brutas				
Mercado interno	428.830	348.462	509.416	425.036
Mercado externo	18.676	19.043	38.842	37.398
Impostos incidentes sobre vendas	(75.794)	(61.296)	(83.118)	(76.326)
Descontos, abatimentos e outras deduções	(7.434)	(4.593)	(9.366)	(4.695)
	364.278	301.616	455.774	381.413

22. Custo de vendas e despesas gerais e administrativas

	Con	Controladora		solidado
	2012	2011	2012	2011
Matérias primas	123.949	75.823	124.547	75.823
Materiais secundários	17.543	16.822	17.543	16.822
Materiais de embalagens	2.756	3.409	3.214	3.816
Combustíveis	26.857	28.283	27.484	28.913
Energia elétrica	11.796	12.070	18.244	18.887
Mão de obra	51.765	46.824	64.247	54.390
Serviços de terceiros	14.171	14.456	17.824	16.354
Depreciação e amortização	30.500	30.129	43.012	41.675
Outros	58.801	50.522	49.495	55.541
	338.128	278.358	365.610	312.221
Custo de vendas	323.965	263.272	349.037	294.863
Despesas gerais e administrativas	14.163	15.086	16.573	17.358

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Despesas com vendas

	Conti	roladora	Con	<u>solidado</u>
	2012	2011	2012	2011
Frete	6.241	5.956	14.314	14.881
Alugueis e armazenagem	727	386	727	386
Despesas portuárias e aduaneiras	40	35	972	1.234
Outras despesas com vendas	153	4	154	4
	7.161	6.381	16.167	16.505

24. Informações por segmento de negócios

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria-Executiva e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, são as seguintes:

(a) Lucro bruto

			2012
	Pigmento de titânio	Minérios	Total
Operações Continuadas			
Receita líquida	364.278	104.148	468.426
Receita líquida entre segmentos	-	(23.738)	(23.738)
Custo das vendas	(323.965)	(37.724)	(361.689)
Custo das vendas entre segmentos	` <u>-</u>	23.738	23.738
	40.313	66.424	106.737
			2011
	Pigmento de titânio	Minérios	2011 Total
Operações Continuadas	•	Minérios	
Operações Continuadas Receita líquida	•	Minérios 89.320	
	titânio		Total
Receita líquida	titânio	89.320	Total 390.936

(b) Receita por cliente

(i) Pigmento de titânio

		2012		2011
Grupo BASF	90.994	25%	62.747	21%
Grupo CROMEX	56.395	15%	46.095	15%
Grupo AKZO	53.234	15%	24.591	8%
Grupo ENGEFLEX	19.889	5%	13.602	5%
Grupo ALPAGARTAS	15.134	4%	-	-
Grupo ESTILOQUIMICA Outros	13.706 114.926	4% 32%	- 154.581	- 51%
Outios	364.278	100%	301.616	100%

38.344

48.206

86.550

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Informações por segmento de negócios--Continuação

(b) Receita por cliente--Continuação

(ii) Minérios

		2012		2011
Millennium Inorganic Chemicals (França)	20.166	19%	17.897	20%
· , , ,				
Colorobbia Brasil Produtos para cerâmica	17.951	17%	14.937	17%
Endeka Ceramics	17.475	17%	16.327	18%
Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A.	16.101	15%	7.743	9%
Unimin do Brasil	6.814	7%	-	-
Eurocolor Ind. e Com. De Zirco	6.302	6%	-	-
Trebol	6.293	6%	8.667	10%
Outros	13.046	13%	23.749	27%
	104.148	100%	89.320	100%

(c) Receita por produto

(i) Pigmento de titânio

	2012	2011
Pigmento de titânio	364.278 100%	301.616 100%
	364.278 100%	301.616 100%

(ii) Minérios

		2012		2011
Ilmenita	43.092	41%	29.992	28%
Zirconita	54.634	52 %	54.374	66%
Rutilo	5.958	6%	3.565	4%
Cianita	437	0%	820	1%
Areia Bruta	27	0%	569	1%
	104.148	100%	89.320	100%
	104.148	100%	89.320	100%

(d) Outras informações

(i) Pigmento de titânio

	2012	2011
Lucro antes do IR e CS	56.987	37.869
<u>Imobilizado</u>		
Custo total	492.171	482.755
Depreciação acumulada	(343.106)	(313.052)
Total do ativo	594.991	492.193

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Informações por segmento de negócios--Continuação

(d) Outras informações--Continuação

(ii) Minérios

	2012	2011
Lucro antes do IR e CS	53.973	36.283
Imobilizado		
Custo total	153.277	145.376
Depreciação acumulada	(91.370)	(78.983)
Total do ativo	216.345	183.761

Para o segmento de minérios (exploração) não haverá investimentos significativos até o encerramento das suas atividades, previstas para 2019, que careça divulgação de fluxo de caixa descontado, exceto pelos gastos normais de manutenção da atividade, que são registrados no custo da operação.

25. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	50.118	32.810
Quantidade média ponderada de ações emitidas (em milhares)		
Ordinárias	812.672	812.672
Preferenciais classe "A"	987.379	987.379
Preferenciais classe "B"	521.449	521.449
Lucro básico por ação – R\$		
Ordinárias	0,020	0,012
Preferenciais classe "A"	0,024	0,017
Preferenciais classe "B"	0,020	0,012

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Em decorrência de não existirem ações ordinárias potenciais diluídas, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

26. Cobertura de seguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

	Importância	
Ramos	segurada	Vencimento
Multi-riscos (estoques) e riscos operacionais	451.887	Julho/2013
Lucros cessantes	213.000	Maio/2013
Responsabilidade civil administradores e diretores	46.000	Maio/2013

As premissas e riscos adotados, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo do exame das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.
